

Governadores trocam pressão por projeto de lei sobre dívidas

Senadores serão os intermediários da proposta, que prevê contrapartida de estados

BRASÍLIA — Trocar a negociação caso a caso das dívidas estaduais por uma lei que represente um guarda-chuva para os governadores, sobretudo os de menor peso político, afogados em dívidas e com receitas apenas para pagar salários. É isso o que querem os 19 governadores que se articulam para aprovar, no Senado, um novo modelo de renegociação das dívidas dos seus estados. A proposta deve estar pronta até a próxima quarta-feira.

O governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, está elaborando uma minuta de projeto de lei que passará pelo crivo dos demais governadores. Com o documento em mãos, eles irão ao Congresso conversar com senadores e representantes da equipe econômica. Se havia a ideia de lançar um manifesto condenando a insensibilidade dos economistas do governo, ela foi abandonada. O presidente Fernando Henrique Cardoso declarou, antontem, que não aceitaria pressões sobre a equipe econômica.

“Não se trata de confronto, ruptura nem provocação”, disse Cristóvam Buarque ontem. Trata-se de resolver uma situação “angustiante”. Os governadores se queixam da lentidão e da inflexibilidade dos técnicos da área econômica. Cristóvam disse que ele, particularmente, tem sido “muito bem tratado”, mas desde a posse, até agora, “não fazemos outra coisa a não ser pagar pessoal e dívida. Isso é desesperador e ainda faltam 805 dias para terminar o governo”.

Vários estados já firmaram acordos de renegociação de suas dívidas com o governo federal, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Segundo Cristóvam, para esses governadores seria dada a opção de manter o acordo ou entrar na lei guarda-chuva.

O manifesto fica, assim, substituído por um projeto de lei inspirado na proposta já apresentada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), concedendo mais prazo e menos juros para o refinanciamento das dívidas. Cada tipo de débito terá um tratamento (dívida mobiliária, trabalhista, contratual). Em contrapartida, no projeto em elaboração, serão incluídas medidas de contenção que os governadores serão obrigados a adotar. As principais serão: limitar os salários do funcionalismo aplicando o Plano de demissão voluntária (PDV), fixar um teto salarial para os funcionários, pôr um freio nas despesas e recalcular o valor dos precatórios.

As contrapartidas dos governadores têm por objetivo fazer com que o presidente Fernando Henrique concorde com as oito reivindicações aprovadas pelos 19 governadores, durante o encontro realizado em São Paulo, na última segunda-feira. Os governadores pedem uma moratória de três meses para as dívidas dos estados, a redução do limite de comprometimento da receita líquida estadual de 11% para 6% e o alongamento do prazo de pagamento das dívidas refinanciadas por 30 anos. Os governadores querem ainda reabrir negociação das dívidas passadas e dos acordos fechados em 1991 e 1993, através do Banco Central, pedem um reforço à linha de crédito de longo prazo, na Caixa Econômica Federal, para demissões incentivadas, além de mais apoio financeiro para a extinção de estatais.

Pela nova estratégia de ação, o Senado será o interlocutor com a equipe econômica do governo. O presidente sinalizou contra o protesto dos governadores à equipe econômica, porque se ele o aceitasse teria que demitir os ministros”, disse o líder do governo no Senado, Elcio Álvares, concordando em participar da intermediação. Para o líder é “impossível” encontrar uma solução para a dívida dos estados sem passar pelo crivo da equipe econômica. Por esse motivo, o governador de Alagoas, Divaldo Surugay, telefonou ontem, ao líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA) sugerindo que a estratégia da negociação fosse deslocada para o Senado.